

# **O TRABALHO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO COMBATE A REINCIDÊNCIACRIMINAL.** Débora Garcia da Silva, Cirlene Oliveira. – inter áreas – Humanas – Serviço Social – Departamento de Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

O presente estudo se propõe a identificar as causas da reincidência criminal. Para tanto partimos da hipótese de que, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho contribui para a reincidência criminal dos egressos do sistema penitenciário. Tomamos por objetivo secundário demonstrar a importância da efetivação da assistência ao egresso, principalmente através de políticas públicas que garantam a inserção deste no mercado de trabalho, como medida preventiva à reincidência criminal. Nesse sentido, direcionamos nossos esforços para a análise do referencial teórico, buscando compreender a estrutura social e as formas de produção da vida material, para decodificar os elementos que levam a constituição da questão social, da criminalidade e da reincidência.

Após esta etapa, em julho do respectivo ano, foi realizada pesquisa de campo na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto – SP. A unidade abriga 315 sentenciadas, sendo que destas, 80 são reincidentes, a pesquisa se restringe a estas últimas. Para expressar de forma fidedigna este universo, distribuímos 50 questionários (62,5% da amostra). Destes somente 31 retornaram sendo que 10, em branco. Passamos a trabalhar com o efetivo de 21 questionários (42% da amostra). Também foram entrevistadas 3 profissionais da unidade e 3 sentenciadas, utilizando para tanto, um roteiro semi-estruturado. As entrevistas com as profissionais foram gravadas, não sendo este procedimento possível com as sentenciadas, realizamos a transcrição manual. A configuração da amostra visa proporcionar a construção do perfil socioeconômico das detentas e apreender a concepção que estas e os funcionários da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto têm acerca da conjuntura na qual estão inseridos.

Optamos pela metodologia da análise qualitativa dos dados, visto que esta propicia ao pesquisador acessar informações preciosas acerca da vivência social dos sujeitos, abordando-os sob a perspectiva histórica.

[...] A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. (MINAYO, 1999, p. 22)

Para esta pesquisa, foram elencadas as seguintes categorias:

- O sistema penitenciário e a pena privativa de liberdade;
- A reabilitação e o trabalho prisional;
- Reincidência criminal e o poder público;
- O serviço social na penitenciária;
- Construção do perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa.

Categorias são elementos da realidade a ser analisada, que se relacionam entre si, compondo a complexidade do objeto. Estes elementos servem como norteadores da análise do pesquisador.

As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. (MINAYO, 1999, p.70)

Devido à impossibilidade de apresentar os dados obtidos em todas as categorias, iremos nos restringir à análise dos que consideramos mais relevantes para confirmação da hipótese apresentada.

Nossa amostra é composta por mulheres que se encontram na faixa etária de 20 a 40 anos (76%), o que pode representar a perpetuação de um histórico de vida marcado pela institucionalização. Tal suposição se confirma, ao constataremos que 28% das entrevistadas, já passaram pela FEBEM<sup>1</sup>, quando adolescentes e 38% foram vítimas de violência na infância. Dessa forma, o processo de exclusão, violência e abandono, atinge o seu ápice, com a inserção na criminalidade e no sistema penitenciário, cuja ineficiência é ratificada a cada reincidência.

A baixa escolaridade das sentenciadas é um indicio da deficiência socioeconômica que se perpetua nas camadas populares da nossa sociedade. Os dados nos mostram que 29% das sentenciadas possui ensino fundamental completo, 47% possui ensino fundamental incompleto, 24% completou o ensino médio e 0% chegou ao ensino superior. Demonstração explícita de que, além de excludente, a nossa sociedade se vale dos mecanismos legais para salvaguardar a classe dominante; é o caso do art. 295 do Código de Processo Penal que, dentre outros, garante prisão especial para os presos provisórios que possuem o curso superior. Segundo MIRABETE em comentários ao Código de Processo Penal (1994, p. 347), tal medida *não fere o preceito constitucional da igualdade jurídica, sendo o dispositivo legal uma prerrogativa concedida a certas pessoas pelas funções que desempenham, por sua educação ou cultura, por serviços prestados etc., evitando que fiquem em promiscuidade com outros presos durante o processo condenatório*. Apesar de se restringir somente ao preso provisório, tal medida é, em si mesma, excludente, pois muitos cidadãos tão ou mais idôneos do que os diplomados, também aguardam a sua condenação em CDP's<sup>2</sup> lotados, estando, portanto, sujeitos à "promiscuidade" que a lei resguarda estes últimos.

O tráfico de drogas (art.12 da Lei de Entorpecentes) figura em primeiro lugar nos crimes cometidos pelas sentenciadas (57%), o que expressa a gravidade do problema do tráfico junto à população marginalizada. Inicialmente, se apresenta como uma possibilidade de ganhar dinheiro sem a necessidade de qualificação educacional e/ou profissional; não somente para o traficante, mas para os membros da sua comunidade. O tráfico gera renda nas comunidades pobres onde se instala, principalmente para jovens que, por não conseguirem colocação profissional devido à baixa escolaridade e profissionalização, atuam como vigias, revendedores e "laranjas", assumindo a culpa no lugar dos traficantes. Estes se valem da inimizabilidade que o ECA<sup>3</sup> em seu artigo 104 assegura à criança e ao adolescente autor de ato infracional, para inseri-los na criminalidade.

A dependência química (álcool e entorpecentes) também é um risco para quem vive do tráfico, 38% das entrevistadas afirmaram possuir alguma dependência química, o que configura um número bastante expressivo. A dependência química, especialmente no que diz respeito a entorpecentes, pode levar o indivíduo à prática de outros delitos, principalmente contra o patrimônio. Estes estão em segundo lugar entre as sentenciadas (33%). A prática de roubos e furtos (arts. 157 e 155 do Código Penal, respectivamente) pode ter uma série de origens, inclusive patológicas, mas no caso das nossas entrevistadas, podemos observar que esta prática está intimamente associada à obtenção de recursos para a manutenção do vício, e à necessidade de atingir o grau de consumo requisitado pela sociedade capitalista. Diante da apologia ao consumo, que o atrela a sentimentos de felicidade, amor, aceitação social, o que Marx chamou de fetiche da mercadoria (processo no qual o consumo figura como algo essencial ao homem), as classes marginalizadas buscando realização pessoal e aceitação social, praticam esse tipo de delito. Esse fato se comprova quando constatamos que 76% das entrevistadas não trabalhavam quando cometeram o crime. A prática de seqüestro (5%) e estelionato (5%) (arts. 148 e 171 do CP respectivamente) apareceram na amostra.

A reincidência criminal é a característica principal da amostra: 57% reincidiu 2 vezes, 10% 3 vezes, 19% 4 vezes, 10% 5 vezes e 4% 7 vezes. Ao questionarmos as sentenciadas sobre os motivos da sua reincidência, as respostas foram diversificadas: drogas (10%), dificuldades econômicas (29%), ambição

<sup>1</sup> Fundação de Bem Estar do Menor – destinada ao trabalho de reabilitação do menor autor de ato infracional.

<sup>2</sup> Centro de Detenção Provisória – destinado à detenção do preso provisório, ou seja, que ainda não foi julgado.

<sup>3</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8069 de 13 de julho de 1990.

(5%), falta de maturidade (29%) etc. Por isso devemos considerar que esse fenômeno tem diversos fatores de origem, tendo em vista que a história de vida de cada indivíduo o conduziu a caminhos diferentes; até a convergência no ato infracional, na prisão e na reincidência. Dessa forma somos levados a reiterar que a pena de prisão não é a melhor solução para resolver os diversos problemas que se escondem atrás de uma infração e da sua perpetuação pelo mesmo indivíduo, pois esse será submetido ao cárcere inúmeras vezes e, por mais dor e sofrimento que essas vivências lhe que causem, não surtirá efeito. Nos casos em que o indivíduo figure um risco potencial para si e para a sociedade, o isolamento se faz necessário, mas de um modo geral, não podemos de forma alguma descuidar dos fatores principais apontados tanto pelas pesquisadoras como pelos sujeitos da pesquisa, a saber: a) o descumprimento da função sócioeducativa da prisão, figurando tanto para o infrator quanto para a sociedade, essencialmente como punição; b) o preconceito e o estigma que a sociedade investe contra a pessoa do egresso; c) a dificuldade de colocação profissional. Esses pontos, a nosso ver, se constituem em vias potenciais que o governo e sociedade civil não podem perder de vista para realizar um bom combate ao crescente problema da reincidência criminal.

A reincidência criminal não é um fenômeno que expressa somente a ineficácia do sistema penitenciário. Ele está mais associado às condições do egresso em liberdade do que às más condições de permanência nos presídios. É claro que o cumprimento da pena pode causar traumas, distorção de valores no indivíduo que inviabilize a sua recuperação. Porém há que se considerar a parcela de participação da sociedade nesse círculo vicioso – prisão, liberdade, criminalidade, prisão. O estigma, o preconceito da sociedade para com o egresso do sistema penitenciário, a ausência de ações educativas do poder público para o esclarecimento à população sobre a gravidade do problema, o sensacionalismo dos programas policiais que incitam o ódio da população contra os sentenciados, são fatores que aliados às condições de vida precárias e a ausência de emprego, propiciam o retorno à criminalidade.

Quando questionadas acerca dos motivos da reincidência criminal, foi unanimidade entre as profissionais, a questão do preconceito, da estigmatização do preso, do retorno ao convívio social permeado pela questão social.

Vários fatores... depende muito do artigo. Por exemplo, tráfico ou furto, roubo, geralmente ao vício. Pessoas que usam drogas, que são viciadas precisam em primeiro lugar de um tratamento para sair do vício. Outro fator, a própria situação familiar, social e econômica... Hoje em dia a gente sabe que o desemprego tá aí, tá difícil pra todo mundo, imagina pra quem tem uma ficha criminal, que está estigmatizado pro resto da vida. Então se você for dar um emprego hoje e tiver duas pessoas, uma que tem passagem por penitenciária e outra que não tem, pra quem você daria o emprego? Com certeza pra que não tem. Então acho que isso também é uma forma de falar pras pessoas reincidirem. Então, a falta de emprego, de apoio da família, o vício... e muitas vezes a facilidade de ganhar dinheiro. (Profissional 1)

O retorno à liberdade é conflituoso para o egresso, pois, é necessário resgatar velhos laços, estabelecer novos vínculos, enfim, situar-se socialmente e principalmente, conseguir um meio de prover as suas necessidades. Considerando o trabalho enquanto uma categoria fundamental para o homem, que vive em uma conjuntura social predominantemente capitalista, é através dele que estabelece suas relações sociais cotidianas, obtém seu sustento e torna-se socialmente útil; supõe-se que seja através dessa atividade, que o processo de ressocialização desenvolvido durante o cumprimento da pena, atingirá seu êxito. No entanto a sociedade por não possuir uma visão de totalidade acerca da questão da criminalidade e da violência, dos fatores sociais que a permeiam, não se vê enquanto fomentadora da violência e da criminalidade que a acomete. Conseqüentemente, a questão social em suas inúmeras manifestações, se potencializa, relegando o já marginalizado à reincidência criminal. Podemos, desse modo, constatar que toda essa problemática tem uma origem comum que é o tensionamento das relações entre capital/trabalho que, ao gerar a dependência do indivíduo em relação a este último, sem, no entanto poder absorver

toda a mão-de-obra sobrando no mercado, desencadeia o processo de privações que, diante da apologia ao consumo, na maioria dos casos, leva a inserção na criminalidade.

O que esperar da segregação de internos ociosos e incapacitados por uma longa história de encarceramento e marginalidade para o convívio na sociedade civil, de quem são objetos de suspeita e discriminação, se não a reincidência no crime? (Paixão, 1991, p. 10)

A reabilitação do infrator é o objetivo do sistema penitenciário, porém para alcançá-la é necessário mais do que a pena privativa de liberdade, esta deve ser aliada a um acompanhamento psicossocial, à disciplina e ao trabalho; isso dentro do âmbito institucional. Considerando-se que o trabalho de reabilitação é voltado para o retorno do infrator à vida em sociedade, a colaboração desta no trato com o egresso é de extrema importância. O trabalho prisional é uma atividade que, sem dúvida, contribui para o êxito desse processo, visto que permite a melhor interação social entre as detentas, as mantêm em atividade e permite a remissão da pena. Porém há que se ressaltar que essa atividade isoladamente não é adequada, mas no que diz respeito ao trabalho como fator de reabilitação, tanto as profissionais quanto as detentas, acreditam e reforçam a sua importância.

No entanto muitos obstáculos são postos diante daqueles que, após o cumprimento da pena, buscam retomar suas vidas, retornar ao convívio social, conseguir emprego, sendo o maior deles o preconceito da sociedade que estigmatiza e fecha inúmeras portas, deixando como única alternativa o velho e conhecido caminho das drogas, da violência, trilhado há tempos atrás.

Por isso se faz urgente o estabelecimento de parcerias, convênios e a elaboração de políticas públicas no que diz respeito à inserção do egresso no mercado de trabalho, pois como constatamos o preconceito é um grande obstáculo a ser superado. Em todo esse processo de retorno a liberdade, na prestação de uma assistência ampla e efetiva ao egresso, na elaboração e implementação de políticas públicas, no trabalho socioeducativo junto à população, a atuação do profissional de serviço social é de extrema importância visto que é um profissional cuja profissão nasceu do cerne da questão social, portanto possui capacitação para lidar com as suas múltiplas expressões, executar, gerenciar, e propor políticas de acordo com as necessidades reais da sua demanda.

### **Referências Bibliográficas**

**Lei de execução penal** - obra coletiva de autoria coletiva

Colaboradores: Pinto, Antônio Luiz de Toledo, Windt, Márcia Cristina Vaz dos Santos. – 12º ed. – São Paulo: Saraiva, 1999. – (Coleção Saraiva de legislação).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 14º ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

PAIXÃO, Antônio Luis. **Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso**. (autores associados). São Paulo: Cortez, 1987.

SIQUEIRA, Jailson Rocha. **O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXII, n. 67, p. 53-75. Setembro 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. – 11º ed. – Petrópolis: Vozes, 1999.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Código de Processo Penal Interpretado: referências doutrinárias, indicações legais, resenha jurisprudencial**: atualizado até julho de 1994. - 2º ed. São Paulo: Atlas